

BRASILIANAS

Divulgação/Secretaria de Desenvolvimento Social



Pesquisa indica queda na frequência desses restaurantes

PIB mais alto do país contrasta com insegurança alimentar

O Distrito Federal, dono do maior PIB per capita do país, mantém um quadro marcado pela desigualdade no acesso à alimentação, segundo novo levantamento do ObservaDF, projeto vinculado à Universidade de Brasília. A pesquisa mostra que 38,5% dos moradores enfrentam algum grau de insegurança alimentar, mesmo em uma unidade da Federação cuja renda média é 2,4 vezes superior à nacional. Entre 2021 e 2026, a proporção de domicílios em segurança alimentar passou de 50,1% para 61,5%, mas a insegurança grave não apresentou redução estatisticamente significativa.

O estudo aponta que 46,7% dos lares chefiados por mulheres, 43,3% da população negra e 43,7% dos residentes de regiões administrativas de baixa e média-baixa renda convivem com restrições no acesso à comida. O levantamento também indica que o consumo de ultraprocessados cresceu no período, impulsionado principalmente pelos grupos de maior renda, que mantêm dieta mais variada e maior presença de proteínas, frutas, ovos e vegetais. A pesquisa ouviu mil moradores e utilizou a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, metodologia adotada no país para medir o acesso da população aos alimentos.

Instagram



A estrutura inclui cabanas voltadas para o Lago Paranoá

Trust Love inicia nova temporada

O Trust Love iniciou ontem sua quinta edição no Clube Almirante Alexandrino, na orla do Lago Paranoá, onde permanece até 15 de outubro com programação de terça a domingo. O espaço reúne gastronomia, coquetelaria, música ao vivo e ambientação projetada para valorizar o período de seca e as noites ao ar livre. As reservas estão abertas no site do evento. A nova temporada mantém a proposta de oferecer uma experiência integrada, com cardápio assinado pelo chef Erivanio Souza e carta de drinques desenvolvida pela Zaya Drinks, sob curadoria de Gustavo Guedes. A estrutura inclui cabanas voltadas para o lago e projeto arquitetônico que privilegia iluminação, materiais naturais e integração com a paisagem. A programação musical prevê apresentações diárias ao longo da primeira semana, com artistas de pop, MPB e pop rock. O evento se consolidou como opção de lazer na capital durante os meses de estiagem, combinando gastronomia, música e ambientação em um dos cenários mais conhecidos de Brasília.

POR
WILLIAM FRANÇA

Alcance limitado das ações sociais

As políticas públicas voltadas ao enfrentamento da insegurança alimentar no Distrito Federal seguem com alcance restrito, segundo dados do levantamento do ObservaDF. Em 2026, apenas 22,1% das pessoas em situação de insegurança alimentar eram beneficiárias do Cartão Prato Cheio, indicador que mostra a dificuldade de o programa chegar ao público-alvo. A pesquisa também aponta queda na frequência aos Restaurantes Comunitários, utilizados por 23,4% desse grupo, dez pontos percentuais abaixo do registrado em 2021, quando o percentual era de 33,7%. O estudo destaca que, mesmo com a expansão da rede de unidades no período, o aumento da oferta não resultou em maior presença do público em vulnerabilidade. Para os pesquisadores, a combinação entre baixa cobertura e redução no uso dos equipamentos públicos evidencia limitações estruturais das ações voltadas ao combate à fome no DF, especialmente em regiões com maior concentração de famílias em situação de insegurança alimentar.

Livro analisa imunidade digital

A advogada e servidora da Câmara dos Deputados Juliana Freitas lança amanhã (17) o livro "Imunidade Parlamentar Material na Era Digital – O Alcance da Liberdade de Expressão do Parlamento", publicado pela Editora Juruá. O evento será no Auditório Freitas Nobre, na Câmara. A obra resulta de pesquisa de mestrado em Direito Constitucional no IDP, premiada pela instituição e selecionada pela editora em avaliação às cegas. O estudo analisa decisões do Supremo Tribunal Federal relacionadas a manifestações de deputados federais e senadores nas redes sociais, discutindo como a Corte tem interpretado a imunidade parlamentar material diante das mudanças trazidas pelo ambiente digital. A autora examina a evolução da jurisprudência e apresenta uma leitura do instituto à luz do constitucionalismo digital, considerando o impacto das plataformas na comunicação política e os desafios para conciliar liberdade de expressão, responsabilidade institucional e preservação de princípios democráticos.



Programa amplia proteção a mulheres em situação de violência

Mais de mil mulheres no DF recebem Aluguel Social

Programa oferece auxílio para mulheres vítimas de violência

Por Isabel Dourado

Mais de 1,3 mil mulheres em situação de vulnerabilidade social vítimas de violência doméstica receberam o auxílio mensal no valor de R\$600 para custeio de moradia. O auxílio faz parte do programa Aluguel Social, criado pelo Governo do Distrito Federal em 2024. Segundo o GDF, cerca de R\$ 4 milhões já foram investidos no programa.

De acordo com dados da Secretaria da Mulher (SMDF), o programa já pagou 6.659 parcelas desde a criação, beneficiando 1.362 mulheres. Atualmente, 749 cidadãs recebem o benefício, que tem duração de seis meses, com possibilidade de prorrogação pelo mesmo período, totalizando um ano de auxílio.

Programa

O Aluguel Social é destinado a mulheres em situação de violência doméstica ou familiar que tenham medida protetiva expedida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) ou pelo Ministério Público da União (MPU).

Além disso, é preciso possuir renda per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar de até dois salários mínimos, possuir residência no DF e fazer acompanhamento psicossocial pela rede de atendimento da Secretaria da Mulher.

A secretária da Mulher interi-

na, Jackeline Aguiar, explica que o principal objetivo do programa é possibilitar que mulheres deixem ambientes onde correm risco de vida. "O aluguel social foi criado especificamente para mulheres vítimas de violência doméstica. O objetivo é retirá-las da convivência do agressor e permitir que possam fixar residência em outro local, longe daquele ambiente de violência", explica.

O Distrito Federal registrou 28 casos de feminicídios no ano passado. De acordo com o levantamento "Panorama da Violência Contra as Mulheres no DF", realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do DF (IPEDF), a dependência financeira aparece como principal fator associado à violência por parceiros íntimos.

"A maioria das mulheres vítimas de violência doméstica tem uma dependência financeira muito grande do agressor. Quando possibilitamos que ela saia daquela residência e tenha suporte para encontrar um novo local de moradia, estamos oferecendo autonomia e dignidade para que possa recomeçar", destaca Aguiar.

Além da assistência habitacional, as beneficiárias do programa Aluguel Social são encaminhadas a programas de qualificação profissional e empregabilidade. Para que o aluguel seja prorrogado por mais 6 meses a beneficiária precisa comprovar inscrição em pelo menos dois cursos de capacitação, qualificação profissional ou empreendedorismo.